



Retratos do Brasil: o Discurso Jornalístico Sobre a Estatística Oficial do País¹

Marcelo Benedicto Ferreira²

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

RESUMO

As estatísticas oficiais sobre o Brasil costumam ganhar destaque nas coberturas jornalísticas. Fruto de pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essas informações são elaboradas a partir de determinações científicas e políticas, e ao integrarem o noticiário são conformadas à linguagem jornalística. A partir dessa tripla designação, ocupam posição específica no âmbito dos discursos de Divulgação Científica. O propósito deste trabalho é compreender como o sujeito jornalista se movimenta nesses textos, aderindo ou incorporando os discursos científico e político, e verificar qual memória sobre o país determina esse sujeito. Nesse sentido, será analisada, no âmbito da Análise do Discurso (AD), a capa de uma edição do Jornal O Globo que destaca a divulgação de resultados do Censo 2010.

PALAVRAS-CHAVE

Divulgação Científica; Ciência; Jornalismo; Discurso; Memória.

A força dos números

Usar a matemática e a mensuração para dar sentido à realidade esvaziada de emoção, e compreendida como um arranjo composto por quantidades que podem ser contadas, é uma forma de percepção do mundo perseguida pelo homem no Ocidente desde o Renascimento (CROSBY, 1999).

Hoje os números são utilizados como meio de se estreitar a concentração em determinado assunto e obter o máximo de precisão nas avaliações e deliberações: “(...) perceber, visualmente e de uma só vez, o máximo possível da realidade (...)” (CROSBY, 1999, p.24). O olhar sobre o cotidiano passou a ser orientado a partir de agregados e unidades uniformes a serem quantificadas, tornando-se possível calcular médias e medianas. O tempo deixou de ser visto de forma cíclica, de acordo com o giro das estações, e passou a ser dividido em frações.

¹Texto apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade, no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2011. O trabalho faz parte de minha pesquisa de doutorado em desenvolvimento no PPGMS-UNIRIO, vinculada ao projeto “Sujeito, discurso e memória nas tramas dos sentidos sobre o Rio de Janeiro, apoiado pelo CNPq.

² Doutorando em Memória Social – PPGMS / UNIRIO, e-mail: marcelobenedictoferreira@gmail.com.



A maior preocupação com a organização da realidade e com processos capazes de facilitar sua recuperação, bem como o hábito da quantificação foi resultado do desenvolvimento da economia monetária. No bojo desse processo, surgiu a estatística, que logo se tornou uma ciência de interesse do Estado. Contemporaneamente, a expressiva presença de dados e informações estatísticas no noticiário veiculado pela mídia é um bom exemplo da opção por se observar e avaliar a realidade por meio de números.

Presentes no cotidiano, principalmente através da mídia, as estatísticas passaram a servir de referência às percepções e avaliações técnicas sobre emprego, inflação, renda, fertilidade, situação econômica, desigualdades sociais, ações políticas, entre outras. “Dessa forma, cada vez mais as estatísticas incidem sobre as avaliações subjetivas e as escolhas pessoais. Mais do que nunca (...) pesam nas avaliações dos riscos implicados nas mais diferentes situações” (CAMARGO, 2009, p.905). Em especial, aquelas elaboradas pelo Estado por meio de órgãos oficiais de pesquisa.

No Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que é responsável pela produção periódica de dados e informações estatísticas e geocientíficas sobre o Brasil, com o objetivo de atender às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos vários órgãos dos governos federal, estadual e municipal, como atesta sua missão institucional: “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”.

Desde que começou a ser pensada, a estatística oficial se situa no meio de uma complexa rede formada pelas vertentes política (com demandas de planejamento, coordenação e controle) e científica (baseada em valores que integram a produção científica, como a autonomia processual e conceitual presentes nos métodos e técnicas de elaboração das estatísticas).

Como “tecnologias de governo”, elas ajudam a tornar conhecidas realidades distantes, no tempo e no espaço, tornando-as passíveis de serem governadas (SENRA, 2005). Trazem para a mesa do governante, através de gráficos, tabelas e cartogramas, o conhecimento sobre grupos das mais distantes localidades do território, bem como informações sobre as condições de vida da população em épocas distintas – do presente, passado e futuro (através de projeções estatísticas).

Independente da inscrição no campo científico ou político, as estatísticas oficiais sustentam “discursos de verdade” que guiam tomadas de decisão de diferentes agentes e



a distribuição dos recursos públicos e privados. Exercem um poder simbólico ao construírem uma concepção homogênea (uma verdade) sobre o que enumeram.

A produção, o uso e a disseminação das estatísticas de cada país seguem a orientação dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, documento elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1994³. Contendo ao todo dez princípios, o texto trata da relevância, igualdade de acesso, padrões profissionais, ética, transparência, prevenção contra o mau uso dos dados, eficiência, confidencialidade, legislação, necessidade de coordenação nacional, uso de padrões internacionais na produção e cooperação internacional.

A ciência como notícia

Dentre as inúmeras pesquisas divulgadas pela mídia, as conduzidas pelo IBGE estão entre as que ganham maior atenção dos jornalistas e que ocupam mais páginas nos impressos, minutos no rádio e na TV, e espaço nos sites de notícias na internet⁴. A cada pesquisa do instituto, a mídia tem acesso a um conjunto de dados, organizados em série histórica, que procuram mostrar aspectos da realidade do país no presente e, ao mesmo tempo, fazer uma comparação com o passado e evidenciar perspectivas para o futuro.

Investigações recentes mostram que uma pequena parcela das pesquisas produzidas por cientistas é coberta pela mídia. No período 1946-1990, cerca de 5% das matérias publicadas em diários do Reino Unido abordavam temas científicos. Já nos Estados Unidos, um levantamento de 1997 revelou que ao longo de três décadas o índice no país chegou a 2% (MEDEIROS, RAMALHO e MASSARANI, 2010). Se levarmos em conta as matérias sobre o mesmo tema que ganham chamadas nas capas de jornais, a parcela é ainda mais reduzida.

Estudo realizado em três jornais brasileiros mapeou as chamadas de capa sobre ciência e tecnologia (C&T) ao longo de um ano⁵. Para serem incluídas na investigação, as chamadas deveriam se referir a matérias que se enquadravam nos requisitos necessários à classificação como cobertura sobre tema científico⁶. Predominaram chamadas constituídas unicamente de texto, com apenas uma pequena parcela

³ Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm

⁴ Segundo o Relatório de Atividades da Coordenação de Comunicação Social do IBGE, em 2010 a assessoria de imprensa do instituto distribuiu 191 releases para a mídia nacional, o que contabiliza uma média de 16 por mês. Também foram registrados 4.671 atendimentos a jornalistas, cujos assuntos mais procurados foram, em ordem crescente, Censo 2010, Emprego e Rendimento, Índice de Preço e a PNAD, Indústria e PIB. Ao longo de 2010, foram clipadas 18.865 notícias com citação sobre o instituto nos principais jornais impressos e online do país, além de 2.201 menções na televisão.

⁵ A pesquisa foi realizada na Folha de São Paulo (SP), Jornal do Commercio (Recife) e Zero Hora (Porto Alegre) (MEDEIROS, RAMALHO e MASSARANI, 2010).



acompanhada de foto, e raríssimas vezes ganharam destaque na parte superior da capa.

Matérias sobre as pesquisas do IBGE destacadas nas capas dos jornais só foram incluídas na amostra do estudo acima quando continham comentários e análises de cientistas e pesquisadores. Portanto, segundo esse estudo, o dado estatístico amparado pelo texto jornalístico, que o apresenta e o descreve, não forma uma estrutura de informação suficiente para ser classificada como sendo de cunho científico.

As estatísticas elaboradas pelo IBGE têm uma dupla designação. De um lado, são fruto de uma produção norteada pelas demandas governamentais, de base política, portanto. De outro, o processo de apuração dessas estatísticas segue procedimentos técnicos e metodológicos determinados pela ciência (CAMARGO, 2009). Assim, a dupla designação conferida a esses números, que pretendem revelar realidades sobre o Brasil, funciona como uma possível explicação para o fato de esse tipo de pesquisa não ser, como no caso acima, imediatamente enquadrado no campo científico.

Essas mesmas estatísticas ganham uma terceira designação ao serem estampadas nas páginas dos jornais: a de fonte jornalística. Passam, assim, a ser submetidas à linguagem jornalística e suas técnicas de seleção, estruturação e redação da notícia. Segundo os jornalistas, elas são utilizadas pela imprensa para mostrar diversos aspectos sobre a realidade brasileira (FONSECA, 2005).

Ao serem trabalhadas pela mídia recebem um tratamento diferenciado em relação ao dado à ciência de um modo geral. As pesquisas do IBGE geram chamadas de capa na maioria das vezes em que o instituto as divulga: são estampadas na parte superior da capa, com foto, legenda e texto de apresentação. Rendem, em geral, muitas páginas de cobertura, editoriais e artigos de colunistas.

Segundo o IBGE, o interesse pelas suas pesquisas e o espaço conseguido na cobertura jornalística se deve ao plano de comunicação adotada em 2000, no bojo dos preparativos para o Censo 2000. A estratégia definida foi a estruturação de um modelo de comunicação no qual a imprensa passou a receber um *release* (texto jornalístico com os principais resultados da pesquisa a ser divulgada) e o relatório das pesquisas uma semana antes do lançamento (o embargo)⁷. Assim, os jornalistas passaram a ter um

⁶ Dentre as questões observadas, estavam: houve menção explícita a cientistas? Dados de pesquisas ou artigos científicos publicados em periódicos com revisão por pares foram mencionados? Instituições de pesquisa, universidades, laboratórios foram mencionados? Termos do jargão científico?

⁷ Embargo: acordo entre a fonte e os órgãos de imprensa para que uma informação seja divulgada apenas depois de um determinado dia e horário (BARBOSA e RABAÇA, 2002).



tempo maior para produzir suas matérias, mas com o compromisso de somente publicá-las após a divulgação oficial dos resultados da pesquisa em uma coletiva de imprensa⁸.

A tradução dos números e a construção da realidade

Quais estratégias discursivas os jornalistas utilizam para suavizar a dureza dos dados estatísticos, tornando-os compreensíveis para os leitores/espectadores? Segundo Fonseca (2005), a recomendação da redação dos jornais é a de “traduzir ao máximo”, através de infográficos, declarações de especialistas explicando e mostrando porque a informação (o número) é importante, e a apresentação de “personagens” que possam funcionar como um “exemplo vivo” da situação destacada pelo dado.

No dia 29 de abril de 2010, o texto “Para contar o Brasil”, publicado na coluna “Por dentro do globo”, do jornal O Globo, contava como a equipe de jornalistas estava trabalhando para publicar, no dia seguinte, uma série de matérias sobre dados do Censo 2010 que o IBGE estaria divulgando às 10 horas (cuja chamada de capa será analisada neste trabalho). “Para transformar a imensidão dos números em informação compreensível para os leitores e internautas, O Globo montou um time de jornalistas (...) O objetivo é dar aos números cor e rosto, buscando histórias que sintetizem os fenômenos registrados pelo Censo (...)”, diz o texto.

Os jornalistas, como os envolvidos na produção de “histórias” sobre os números do Censo, partem do princípio de que devem escrever seus textos de forma neutra e objetiva. Segundo Mariani (1999), as instituições são parte do processo ideológico geral de elaboração das práticas discursivas, processo que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, o que produz o efeito de literalidade e de objetividade.

Segundo os manuais de redação, o jornalista tem a responsabilidade do relato fidedigno dos fatos, um “poder dizer”, uma onipotência do sujeito com relação à linguagem. Porém, o informar da imprensa é resultado de um controle exterior, vindo do Estado, do sistema jurídico e da própria atividade jornalística. A objetividade e a neutralidade são apenas resultado de um efeito ilusório.

Ao incorporar o texto da lei, a instituição imprensa produz uma imagem de si mesma baseada na isenção e preservação da ética. Entretanto, ao agir dentro da lei ela está apenas mantendo-se ajustada ao modelo de sujeito predominante. Assim, não pode

⁸ Reunião previamente agendada na qual os técnicos do instituto se encontram com os jornalistas para apresentar os principais resultados das pesquisas, responder perguntas e gravar entrevistas para TV.



dizer nada que afete o imaginário ocidental cristão, o que representa uma imposição sobre o que pode tornar-se material de memória (MARIANI, 1999, p. 59).

Partir do princípio de que um texto jornalístico pode ser estabilizado a partir da aplicação de técnicas que o tornam “objetivo” e “neutro” é uma ilusão. Como demonstra Pêcheux (2008), vários caminhos são pensados para se tentar chegar ao real do discurso. As ciências e as técnicas de gestão social dos indivíduos, por exemplo, são formas de dar aparência de coerção lógica.

“Nesses espaços discursivos logicamente estabilizados supõem-se que todo sujeito falante sabe do que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que esse universo é tomado discursivamente nesses espaços)” (PÊCHEUX, 2008, p. 31).

Essa aparente homogeneidade é atravessada por uma série de equívocos. Assim, para se chegar ao real de um discurso é preciso considerar que ele não é estável: há pontos de instabilidade no que parece ser logicamente-estável. Entender o real significa verificar que pode existir um outro tipo de real diferente dos que nos são apresentados. É o que vamos fazer na análise que se segue.

A heterogeneidade do discurso jornalístico

Através da mídia, o jornalismo científico ocupa um lugar central na mediação do conhecimento da ciência entre a academia e grande parcela da população. Nesse contexto, o jornalista é determinado pelo poder/verdade da mídia e também pelo poder/verdade da ciência (GRIGOLETTO, 2008).

O texto jornalístico resultante desse processo é uma reatualização do discurso científico para a ordem do senso comum, o que, ao abrigar diferentes vozes e ordens de saberes, o torna um discurso constitutivamente heterogêneo. Por isso, Grigoletto (2008) o qualifica como um “novo discurso” em relação ao da ciência, mas que não produz uma ruptura porque ainda mantém um efeito de ressonância do discurso científico.

Nas redação de matérias de divulgação científica, o jornalista funciona como uma espécie de tradutor do discurso dos cientistas para o grande público. O texto que resulta deste esforço traz as marcas do outro - as da fonte científica e as do receptor da mensagem -, as quais oferecem um privilegiado campo de estudo dos mecanismos do dialogismo. Segundo Authier-Revuz (1999), o dialogismo é uma condição de existência de todo discurso, na qual sempre se fala com as palavras dos outros. Esse falar se dá por



meio do já-dito⁹ de outros discursos, produzido no e pelo interdiscurso¹⁰, e pela incorporação dos propósitos do destinatário.

Para a autora, uma especificidade da divulgação científica é o modo como ela se coloca como atividade de reformulação entre o discurso científico fonte e o discurso familiar do grande público, o que ocorre nos níveis da enunciação e do fio do discurso. No quadro enunciativo, a marca da reformulação se dá sob a forma de discurso indireto (sem aspas) e, no fio do discurso, quando o divulgador produz um discurso segundo num esforço de tradução.

A partir desse dialogismo, forma-se uma oposição tanto em relação ao discurso origem (o da ciência) quanto ao de reformulação (o do jornalista), em um “esforço pedagógico” que se representa como o “discurso do verdadeiro”, no qual não mais se percebe a heterogeneidade que possibilitaria se entender outros discursos (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 13).

Então, “estudar as formas pelas quais um discurso coloca um exterior a si mesmo, e por conseguinte delimita um interior, é ter acesso à imagem que um discurso constrói de si mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p.11). Assim, é possível perceber de qual outro um discurso escolheu distanciar-se e como funciona a relação com este outro mostrado. Para se entender esses “outros discursos” e a heterogeneidade nas matérias e reportagens de divulgação científica, é preciso verificar como o sujeito se marca nesses textos. Entretanto, sempre levando em conta de que aqui se trata do sujeito da Análise do Discurso, aquele que é determinado pelo ideológico, e não do indivíduo empírico.

Assim, a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, pois “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2010, p. 46) – mas, ela não está dada na superfície do texto. Por isso, é preciso atravessá-lo, por meio de um trabalho de interpretação, para se chegar ao interdiscurso (a memória) e, conseqüentemente, à compreensão da ideologia que determina o sujeito do discurso.

Orlandi (2010) lembra que o sujeito discursivo é pensado como “posição” entre outras. Ele ocupa um lugar (no discurso) para ser sujeito do que diz. Nesse sentido, os sujeitos são intercambiáveis: é possível falar de uma determinada posição, mesmo que empiricamente não a ocupe. A posição-sujeito é a relação de identificação entre o

⁹ Já-dito é o que foi dito em outro “lugar” e determina o que estou dizendo agora (ORLANDI, 2010).

¹⁰ “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras façam sentido, é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2010, p. 33).



sujeito enunciador e o sujeito do saber (como um jornalista dizer como se fosse um cientista).

Na análise, vamos utilizar algumas das categorizações de posição-sujeito definidas por Grigoletto (2008). 1- Posição-sujeito de incorporação do discurso científico: quando o jornalista fala como se fosse o próprio cientista. 2- Posição-sujeito de aderência ao discurso científico: quando restam vestígios do discurso científico marcados no fio do discurso (através de aspas, referências à fonte etc.). Porém, diante da especificidade do tipo de texto selecionado para o corpus da análise, foi necessário também trabalhar com as posições-sujeito que denominei de incorporação e de aderência ao discurso político, como veremos abaixo.

Para a análise do não-verbal, vamos levar em conta a dimensão discursiva das imagens, pois é a visibilidade que permite sua forma material e não a sua co-relação com o verbal. A imagem pode ser “lida”; ela informa, comunica, se constitui em texto, em discurso (SOUZA, 2001, p.3). Uma fotografia, por exemplo, se torna visível por meio do trabalho de interpretação que se faz pelo olhar, que ao recortar um dos elementos constitutivos da imagem se produz outra imagem, outro texto. A interpretação do não-verbal também pressupõe a relação com a cultura, o histórico e com a formação social dos sujeitos.

Retratos do Brasil

Para a constituição do corpus da análise foi selecionada a capa da edição do jornal O Globo do dia 30 de abril de 2011 (em anexo), especificamente as duas chamadas destacadas na parte superior da página: ambas articuladas pela vinheta “Vidas reais”, dispostas uma ao lado da outra, ocupando espaço idênticos. A chamada 1, o foco principal da análise, é relativa à divulgação dos resultados do Censo 2010 (oito páginas de matéria); a chamada 2 trata da cobertura do casamento do príncipe William, membro da família real britânica (quatro páginas com a cobertura).

O objetivo da análise é compreender como o sujeito jornalista se movimenta nesse tipo de texto, aderindo ou incorporando os discursos científico e político, de forma a entender qual memória sobre o país determina o sujeito do discurso jornalístico sobre as estatísticas do IBGE.

Então, começaremos a análise pela fotografia da chamada 1. Trata-se da imagem de um grupo de mulheres e crianças que pousaram para o fotógrafo em uma comunidade carente (uma favela), marcada pela existência de construções improvisadas

(barracos). Quase todas olham para frente (algumas diretamente para a câmera) e apresentam uma fisionomia séria, que contrasta com o leve sorriso esboçado pela menina vestida de rosa, à frente do grupo.

Não há homens na foto, somente mulheres e suas crianças (quase todas também do sexo feminino) em uma imagem que as enquadra em um cenário que funciona para demarcá-las socialmente. Em um primeiro olhar, mulheres pobres (por que não miseráveis?), sozinhas (sem marido?) com seus filhos e vivendo em um local sem infraestrutura. Mas, não é só isso. No primeiro plano da mesma fotografia, a imagem de Marilyn Monroe gravada em um portão, atrás do qual está posicionado o grupo de mulheres.

A artista também olha para frente, mas apresenta um largo sorriso estampado no rosto. Ícone do cinema mundial da década de 1960, a atriz é símbolo de beleza e sensualidade (como sugere a imagem em questão), um mito cultuado até hoje. Sua fama não se deve somente aos papéis representados nas telas, mas também ao espaço que ela ocupou (e ainda ocupa) na mídia, em especial nas notícias sobre sua vida pessoal, como os casamentos desfeitos.

O que Marilyn Monroe faz no primeiro plano de uma foto escolhida para despertar a atenção do público para matérias sobre as condições sociais e demográficas do Brasil? Seria uma forma de realçar as precárias condições nas quais vivem as mulheres brasileiras? Ou a distância existente entre nossas mulheres (pobres) e um modelo de mulher de um país desenvolvido? Neste primeiro momento, basta constatarmos que há um deslizamento de sentidos nessa fotografia, fruto de um equívoco que nos remete a uma memória sobre nossas designações como brasileiro.

Segundo Souza (2001), na imagem também há implícitos que funcionam como pistas que favorecem a compreensão das associações de ordem simbólica e ideológica. Também em uma imagem há o silenciamento e o apagamento de outras imagens possíveis. As fotos na mídia impressa não instauram uma leitura contrária à do texto-verbal, e sim um “texto paralelo”.

O título da chamada de capa, situado acima da fotografia, diz “O Brasil avança, mas lentamente”. Ler o texto e, em seguida, olhar a fotografia, ou vice e versa. Como relacionar esses dois discursos, o verbal e o não-verbal? A primeira parte da sentença diz que o “Brasil avança”, a foto mostra mulheres em condição de pobreza. A segunda parte da mesma sentença qualifica o ritmo desse avanço: “lentamente”. Então, o texto

poderia ser “O Brasil avança lentamente”, porém ao se inserir o “mas”, enfatiza-se a lentidão do avanço. A ideia de um país que avança é contida e perde força.

Ao contrastarmos o título e a foto fica difícil identificar o “Brasil [que] avança”, mesmo que seja “lentamente” - a não ser que se trate de um país extremamente pobre. Isso nos leva a perceber que, na verdade, o texto “O Brasil avança, mas lentamente” remete à outra formação discursiva; “O Brasil não avança o suficiente”, ou mesmo “O Brasil não avança”. Dito isso, passemos à movimentação do sujeito do discurso na sequência abaixo (texto da chamada 1):

O Brasil revelado pelo Censo 2010 é um país com **mais** renda, infraestrutura e educação, **mas** em ritmo lento de melhoria. Entre os maiores problemas, o saneamento básico: só 55,5% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto. A taxa era de 47,3% em 2000 e 35% em 1991 – **na Era Lula**, o avanço nesse setor ocorreu, portanto, num ritmo menor que nos anos 90. Para especialistas, **no quadro atual de investimento**, só em 2070 o Brasil poderá sonhar com 100% de acesso a esgoto. Num país **mais** urbano, **mais** feminino e **mais** velho, o maior crescimento é o de cidades de médio porte, como Rio das Ostras, cuja população aumentou 180%. **Pela primeira vez, brancos não são maioria** (Jornal O Globo, 30/04/2011).

O Brasil é um país com mais renda, infraestrutura e educação, e também mais velho, urbano e feminino – sendo que os cinco primeiros itens são indicativos de melhoria nos índices de desenvolvimento de um país, segundo avaliações do próprio IBGE. Mas, conforme diz o texto, hoje, bem como nos últimos anos, os avanços acontecem em ritmo lento, o que vai adiar o “sonho” de o país atingir um pleno avanço (como “100% de acesso a esgoto”).

Nas duas primeiras frases, o jornalista ocupa a posição-sujeito de aderência ao discurso científico, pois descreve as estatísticas e cita a fonte. Já na terceira frase, ocorre um deslizamento da posição-sujeito a partir da entrada de um comentário feito pelo jornalista, ao atribuir o menor avanço no acesso ao esgotamento sanitário à “Era Lula”, com a inicial grifada em caixa alta. Com isso, o jornalista passa a ocupar a posição-sujeito de incorporação do discurso político, saindo, portanto, do referencial da ciência.

Até este ponto do texto, os dados estatísticos estavam demarcados apenas no tempo. Entretanto, ao falar do período em que o avanço no esgotamento foi mais lento, o marcador passa a ser um governo, que ganha uma denominação específica: uma “Era”, ou seja, todo o período de oito anos em que durou a gestão desse governo. O jornalista poderia ter optado por escrever de outra forma: “nos últimos anos”, “nos



anos...”, “no período” etc. Percebe-se aí a tentativa de silenciamento de uma memória, a de um discurso muito recorrente no governo Lula (“nunca na história desse país...”) sobre os avanços sociais que o Brasil vinha alcançando, principalmente os relativos às melhorias das condições de vida dos segmentos mais pobres da população.

Na formação seguinte, o sujeito desliza outra vez, mas para a posição-sujeito de aderência ao discurso político, ao atribuir a “especialistas” a avaliação do “quadro atual de investimentos”. Novamente o viés político se evidencia ao se nomear um novo responsável pela lentidão nos “avanços” do país: agora o atual governo, que desde a campanha eleitoral foi caracterizado como um governo de continuidade. Portanto, um governo que poderia dar sequência à construção de uma memória.

Antes de retornarmos à fotografia e passarmos para uma breve discussão da chamada 2, vamos nos deter à última frase do texto: “Pela primeira vez, brancos não são maioria”, informação que também está presente no subtítulo da chamada: “Censo mostra país mais velho e feminino; e menos branco”. Para pensar o segmento “menos branco”, é importante levarmos em conta o esquecimento número 2 (Orlandi, 2010), o da ordem da enunciação, aquele que faz pensarmos que aquilo que dissemos só poderia ser dito daquela forma. No entanto, ao dizer de uma determinada maneira, deixamos de dizer de outras, que são esquecidas.

Sendo assim, por que o país mostrado pelo Censo é “menos branco” e não “mais mestiço”? Por que não dizer que no Brasil “mestiços são maioria” ao invés de “brancos não são maioria”? Da mesma forma, poderia ser dito que no país “pretos” e “pardos” são maioria, conforme categorias adotada pelo próprio Censo para definição de cor ou raça¹¹. Nesse ponto, novamente podemos voltar o olhar para a fotografia e observar a linha divisória que a demarca. No primeiro, plano Marilyn Monroe (“branca” e americana), à frente de um muro (real e imaginário) e, no segundo plano, um grupo de mulheres e crianças (“pardas” e brasileiras). Em comum, o fato de todas serem do sexo feminino e estarem representadas na foto sem a companhia masculina.

Trata-se, então, do país “mais feminino” e “menos branco” que “avança, mas lentamente”. Os representantes do país que tem “mais renda”, “mais infraestrutura”, “mais educação”, que “é mais urbano e “mais velho”, são mulheres “menos brancas”, “sem marido” e que vivem em um local sem infraestrutura, como mostra o cenário da foto.

¹¹ No questionário do Censo 2010, a pergunta sobre cor ou raça apresenta as seguintes opções de resposta: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

Se os dados do Censo apontam avanços no país, quem de fato está avançando? Quem simboliza esses avanços? O que de início se apresenta apenas como uma contextualização dos dados censitários, uma análise crítica, carrega em si uma memória de um preconceito com relação à concepção do brasileiro como um povo mestiço. Nesse sentido, uma mestiçagem da qual não se pode esperar progressos, mudanças e realizações (avanços). Um preconceito também em relação ao protagonismo da mulher na sociedade, uma memória do machismo, portanto. Na imagem, apenas mulheres, mas as “menos brancas” dispostas em um plano com menor destaque que a real protagonista, a que é branca - só que, neste caso, uma mulher branca ícone, mas também “sem marido”, o que contrasta com a fotografia, disposta ao lado, do casal real britânico em primeiro plano.

Ao contrário da foto da chamada 1, na da chamada 2 o cenário não foi focalizado, apenas o casal se beijando. Não se vê o que acontece ou do que é composto o ambiente no entorno do casal, mas no canto esquerdo inferior da foto uma menina tapa os ouvidos e olha para frente, transparecendo um certo incômodo – provavelmente por causa do barulho de uma multidão. E é exatamente o que diz a legenda: “O CASAL REAL se beija (...), ao lado de uma mal-humorada dama de honra”.

O olhar se dirige para o casal que se beija (e sorri discretamente), mas a menina mostra que uma multidão aplaude e vibra diante desse gesto, de uma mulher branca que se casa com um príncipe também branco. Ao desviar o olhar para a imagem ao lado, o contraste é direto. Ali mulheres pardas olham para frente, sérias, apenas a mulher branca, à frente, sorri. Nas legendas, as duas sequências grafadas em caixa alta, “SEM MARIDOS”, na legenda da chamada 1, e “O CASAL REAL”, na legenda da chamada 2, reforçam a marca impressa nas imagens. Para completar a análise, separamos a sequência do texto da chamada 2:

Diante de 1.900 convidados na Abadia de Westminster, um milhão nas ruas de Londres e uma audiência nas redes sociais maior que a da tsunami no Japão, **o príncipe William** casou-se ontem com **a plebéia Kate Middleton**, num espetáculo de pompa e cerimônia que não deixou de ter a emoção de uma solenidade íntima. O casal quebrou o protocolo ao trocar dois beijos na sacada do Palácio de Buckingham e ao sair num aston Martin, **modelo usado por James Bond, com William ao volante**. O vestido de Kate, um segredo guardado a sete chaves, **surpreendeu pela simplicidade** e agradou a todos (Jornal O Globo, 30/04/2011).

A primeira marca no texto revela que a noiva da foto é uma plebeia, com nome e sobrenome, que se casa com o príncipe, que tem apenas o primeiro nome citado. Para



ele, a marca da realeza basta, mas para ela, uma plebeia, é preciso qualificar melhor, daí a inclusão do sobrenome. Através do casamento e da conquista de um “marido”, ela se inscreve em um novo lugar social, agora com um marido “ao volante”, como citado na última frase da sequência acima. Assim, uma plebeia passa a fazer parte da família real britânica, quebra “protocolos” e surpreende pela simplicidade de seu vestido. Será um conto de fadas, como diz o título da chamada?

Um “Reino unido pelo conto de fadas” seria um “Reino unido pela fantasia”? A representação de uma ilusão? Assim, chegamos à vinheta que introduz as chamadas na capa. Ela se propõe a apresentar “Vidas Reais” através de um contraste entre a imagem da realeza britânica e a “realidade” de mulheres mestiças e pobres. Um “conto de fadas” ao lado da representação de “um país que não avança”.

Consideração finais

Um enunciado é sempre suscetível de ser e tornar-se outro. Assim, não há sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber (ORLANDI, 2010, p.59). Estes pressupostos da Análise do Discurso foram fundamentais para orientar esse primeiro esforço para se pensar as coberturas jornalísticas que usam os dados das pesquisas do IBGE como fonte.

Também foi possível obter um primeiro entendimento sobre a movimentação do sujeito (do discurso) jornalista nesse tipo de texto. As posições-sujeito de incorporação e de aderência ao discurso político se mostraram como um caminho interessante para se trabalhar as especificidades da estatística oficial resignificadas pelo jornalismo, pois:

“Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes. (...) Uma mesma palavra, numa mesma língua significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma outra formação discursiva” (ORLANDI, 2001, p. 60)

Ao procurarem dar “cor aos números”, em uma tentativa de mostrar a “realidade” do país, os jornalistas têm a ilusão de terem pleno controle do discurso que constroem. O fato de estarem trabalhando com um tipo de informação que é produzida por um órgão de governo, sob o controle da ciência estatística, é um aspecto que funciona como reforço para a ideia de que se trata de um discurso estável. Porém, nada escapa ao equívoco, ao trabalho da ideologia e do inconsciente. Por isso, é possível se



conhecer muito sobre a “realidade brasileira” através dos textos que a imprensa elabora a partir dos números que o IBGE divulga. Como todo discurso, essas matérias não estão imunes aos equívocos e sempre uma memória as condiciona.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Dialogismo e divulgação científica. **Rua**: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, Campinas, n.5, p. 9-15, 1999.

CAMARGO, A. P. R.. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 903-925, 2009.

CROSBY, A. W. **A Mensuração da Realidade**. A quantificação e a Sociedade Ocidental 1250-1600. São Paulo: UNES, 1999.

FONSECA, S. M.. A Notícia da Estatística: a divulgação das estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

GRIGOLETTO, E.. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. **Práticas discursivas e identitárias**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MARIANI, B.. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua: Revista do Núcleo de desenvolvimento da criatividade**. Campinas: UNICAMP, 1999.

MEDEIROS, F. N. S.; RAMALHO, M.; MASSARANI, L.. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.17, n.2, p. 439-454, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes Editora, 2010.

PÊCHEUX, M. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editora, 2008.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: CAMPUS, 2001.

SENRA, N. C. **O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados nacionais e com as ciências**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SOUZA, T. C. C.. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Ciberlegenda**. Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF. Niterói, n.6, 2001.



ANEXO

oglobo.com.br

O GLOBO

IRINEU MARINHO (1876-1925) RIO DE JANEIRO, SÁBADO, 30 DE ABRIL DE 2011 • ANO LXXXVI • Nº 28.390 ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Vidas reais

Reino unido pelo conto de fadas

William e Kate quebram protocolo com 2 beijos diante da multidão e príncipe dirige carro após casamento



Matt Dunham/AP

O CASAL REAL se beija na sacada do Palácio de Buckingham, ao lado de uma mal-humorada dama de honra

O Brasil avança, mas lentamente

Censo mostra país mais velho e feminino; e menos branco



Custódio Coimbra

SEM MARIDOS: mulheres brasileiras superam em 4 milhões a população masculina, afetada pela violência

Superman não é mais americano

Um dos ícones dos EUA, o Super-Homem decidiu abrir mão da nacionalidade americana. Na última edição da revista "Action Comics", ele se disse cansado de ser visto como peão da política de Washington. **Página 51**



Ilustração de Finch

SUPER-HOMEM: decisão de ser cidadão do mundo após voar para o Irã

Obama promete ajuda contra supertornados

Dois dias após mostrar a certidão de nascimento para provar que é americano, Obama foi ao Sul do país, devastado por tornados que mataram 339 pessoas, na maior catástrofe desde o Katrina em 2005. **Página 51**



Charles Dharapak/AP

BARACK OBAMA na cidade de Tuscaloosa: socorro rápido ao Sul arrasado

SEGUNDO CADERNO

Aos 69 anos, o diretor Aderbal Freire-Filho atua como ator no monólogo "Depois do filme", no Poeirinha, espaço experimental anexo ao Teatro Poeira que abre as portas em maio.

ELA



Luciana Castelo Branco

Uma viagem pelo Butão, o reino entre Índia e China onde a mulher casada pode ter mais de um marido, os gays se assumem publicamente e o cogumelo é o melhor e mais caro do mundo.

HISTÓRIA



Arte de Claudio Duarte

Na véspera da decisão da Taça Rio, historiador relembra uma partida bem mais acirrada. Em 1942, em plena guerra, ucranianos e alemães se enfrentaram no Jogo da Morte. **Página 52**

PROSA & VERSO

Com exposições em Londres e Nova York, o dissidente chinês Ai Weiwei está preso desde o dia 3 pelo governo de seu país, e provoca debate sobre liberdade de expressão.

2ª Edição Metropolitana • Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 2,50 • Circulam com esta edição: Classificados, Segundo Caderno, Ela, Globinho, Prosa & Verso e Caderno Esportes: 196 páginas